

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!22

REVISTA V!RUS
V!RUS JOURNAL

issn 2175-974x
julho . july 2021



Vera Magiano Hazan tem graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade), mestrado em Planejamento Urbano e Regional e doutorado em Urbanismo. Atualmente, é professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (DAU/PUC-Rio), coordenadora do Laboratório de Arquitetura Humanitária, coordenadora Adjunta da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM/ACNUR/PUC-Rio) e supervisora do Escritório Modelo de Arquitetura Urbanismo da PUC-Rio (EMAU/DAU). verahazan@puc-rio.br
<http://lattes.cnpq.br/9966246997443158>

ÁGORA
AGORA

ARQUITETURA HUMANITÁRIA E ACOLHIMENTO NA AMÉRICA LATINA HUMANITARIAN ARCHITECTURE AND SHELTERING IN LATIN AMERICA VERA HAZAN

PT | EN

Como citar esse texto: HAZAN, V. M. Arquitetura humanitária e acolhimento na América Latina. **V!RUS**, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus22/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 17 Jul. 2021.

ARTIGO SUBMETIDO EM 7 DE MARÇO DE 2021

Resumo

As migrações no continente latino-americano, em especial oriundas da Venezuela, mudaram o cenário da região desde 2015. Divergências políticas, econômicas e sociais, especialmente com alguns países, aprofundaram-se, culminando em fechamentos de fronteira e mudanças nas relações comerciais e diplomáticas. A ampliação da crise, o embargo econômico e as tensões no continente latino-americano refletiram em situações inéditas, como a migração em massa de venezuelanos dos mais diversos perfis sociais, econômicos e étnicos, em busca de ajuda humanitária, especialmente nos países de língua espanhola e com fronteira com a Venezuela. No Brasil, a Operação Acolhida, junto à fronteira do estado de Roraima, criou infraestruturas de apoio e abrigos em Pacaraima e Boa Vista, visitados pela missão de pesquisadores da Cátedra Sérgio Vieira de Mello/ACNUR/PUC-Rio no segundo semestre de 2018. Desde então, o LabAH (Laboratório de Arquitetura Humanitária/DAU/PUC-Rio) teve a possibilidade de acompanhar o trabalho dos arquitetos e engenheiros do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), para compreender melhor os desafios da arquitetura humanitária em situações de transitoriedade e emergência, bem como contribuir com algumas discussões e propostas para melhorias dos espaços e estruturas de acolhimento, em uma cooperação técnica que resultou em um projeto de adaptação climática das RHU (*Refugee Housing Unit*) e na construção de protótipos para testagem no complexo Rondon.

Palavras-chave: Refúgio, Arquitetura Humanitária, Fronteiras latino-americanas, Transitoriedade, Precariedade programada.

1 Introdução

A pesquisa se iniciou em 2018 com uma missão a Roraima, onde foi realizado um estudo de campo nos abrigos de Pacaraima e Boa vista, com registros fotográficos e entrevistas com abrigados, profissionais e pesquisadores locais, bem como coleta de dados sobre a Operação Acolhida. A partir dessa viagem, foi possível atualizar e sistematizar as informações sobre a situação junto à fronteira Brasil-Venezuela, a partir da análise das ocupações dos lotes, infraestrutura, logística e módulos utilizados. Como o ACNUR já sinalizava que a RHU (*Refugee Housing Unit*), produzida pela IKEA, substituiria a maior parte das antigas tendas, em 2019 foram propostas as primeiras adaptações da unidade à situação climática da região. Em 2020, participamos do *Call For Innovative Concepts For RHU Upgrading Americas*, junto à equipe do ACNUR, com o objetivo de melhorar as condições ambientais dos espaços coletivos e ampliar o prazo de validade das RHU's diante das intempéries. A etapa seguinte foi de desenvolvimento do projeto, estimativa de custos e elaboração de um catálogo do sistema para a construção do protótipo, acompanhada virtualmente pela equipe. Essa experiência permitiu aos professores e estudantes envolvidos compreender melhor os desafios e as limitações da arquitetura emergencial, sobretudo em tempos de COVID-19, e também o drama das pessoas em deslocamento forçado, que dependem dessas estruturas para sobreviver.

A crise na Venezuela expôs, ainda mais, as fronteiras físicas, políticas e culturais do continente latino-americano. Na visita à Roraima em 2018, não se podia imaginar que a onda migratória fosse durar tanto tempo e que as ajudas humanitárias tivessem que ser ampliadas para atender essa demanda. Segundo o relatório *Global Trends 2019*, lançado pelo ACNUR em junho de 2020 (*United Nations High Commissioner for Refugees*, 2020), no ano anterior havia mais de 79.500.000 pessoas em situação de deslocamento forçado pelo mundo em busca de sobrevivência, o que equivale a cerca de 1% da humanidade. Destas, 45,7 milhões se deslocavam dentro de seus próprios países, 4,2 milhões aguardavam o resultado dos pedidos de reconhecimento da condição de refúgio, enquanto 26 milhões já haviam sido reconhecidas como refugiadas e deslocadas fora do seu país de origem. Os sírios representavam o maior número de refugiados, seguidos dos venezuelanos em segundo lugar. Com o agravamento da crise nos dois últimos anos, no final de 2020, chegou-se a 84,2 milhões de deslocados (ACNUR, 2021), sendo que o contingente de refugiados da Venezuela ultrapassou 5,5 milhões, entre os quais 4,6 milhões encontram-se na América Latina (STEIN, 2021, p. 6), com concentração da maior parte na Colômbia.

Em função do grande fluxo de refugiados, a Colômbia criou em 2016 o GIFMM (Grupo Interagencial sobre Fluxos Migratórios Mistos), co-liderado pelo ACNUR e pela OIM (Organização Internacional para Migrações) para funcionar como um espaço de coordenação da situação dos refugiados e migrantes no país. Com 76 membros, incluindo agências da Organização das Nações Unidas (ONU), organizações não governamentais (ONGs) internacionais e locais e a Cruz Vermelha, este grupo coordena a resposta às necessidades de refugiados, migrantes e população acolhida em termos de direitos civis, moradia, trabalho, educação e saúde. Para dar suporte a este programa, e também a outros desenvolvidos no Peru, Equador e Brasil, foi criada a plataforma R4V (*Respuesta a Venezolanos*), que coordena ações voltadas para refugiados e migrantes da Venezuela em 17 países da América Latina e do Caribe, com dados importantes para a organização das ajudas humanitárias (R4V, 2021).

A diferença entre as estruturas de acolhimento e formas de proteção legal aos refugiados varia nos países latino-americanos, tanto em termos de legislação, quanto em termos de estruturas de acolhimento e programas de apoio à interiorização, moradia, educação, saúde e integração social. É preciso distinguir a atuação humanitária junto às fronteiras, especialmente em municípios de perfil rural, como Pacaraima, em Roraima, da encontrada em capitais e cidades de médio e grande porte. Enquanto Bogotá, Medellín, Lima, Quito, Buenos Aires ou São Paulo podem absorver uma grande quantidade de refugiados, ainda que informalmente, outras cidades precisam criar suportes totalmente novos, como os abrigos visitados nas cidades de Roraima, que muito se assemelham às estruturas pesquisadas na Colômbia e no Peru.

A visita aos abrigos em Pacaraima e Boa Vista, capital do estado de Roraima, mostrou a complexidade das estruturas de ajuda humanitária e o quanto a arquitetura, juntamente com outras disciplinas, pode fazer por aqueles que estão em situação de vulnerabilidade e refúgio. Infelizmente, os protocolos das agências internacionais e órgãos do governo ainda reproduzem modelos pouco ajustados às situações encontradas, seja em termos climáticos, seja em relação à natureza social e cultural dos atendidos. Além disso, a organização dos espaços segue uma lógica militar de controle que dificulta as relações sociais e trocas. Apesar da promoção de concursos internacionais para novas tipologias emergenciais, o que se vê nos campos e catálogos de arquiteturas emergenciais são propostas muito similares, salvo algumas exceções. A lógica dos abrigos segue o que chamamos de precariedade programada, isto é, estruturas criadas para o atendimento específico de uma situação de curta duração e baixo custo. Ocorre que, em função das inúmeras crises atuais, questões complexas se prolongam para além do imaginado, e a fragilidade dessas estruturas aumenta, criando maior instabilidade na vida dos acolhidos.

A incerteza em relação ao futuro, o ócio forçado, a separação de famílias e a dependência das entidades para sobreviver tornam-se ainda mais difíceis quando as condições espaciais são ruins, sobretudo para aqueles que antes tinham uma vida estável, um trabalho, ou mesmo um lar com certa privacidade. Ainda que as entidades e profissionais responsáveis pelo acolhimento de refugiados se desdobrem para criar uma atmosfera minimamente saudável, o que se vê de fato nos campos e abrigos são situações limites, onde a esperança se esvai a cada dia. Boa parte das unidades se desintegra com o tempo, constituindo conjuntos de lonas e painéis de difícil descarte. Para melhorar a proteção contra as intempéries, os próprios refugiados utilizam materiais coletados no lixo, e criam uma sobreposição de novas camadas que resultam em cenas dramáticas.

2 A arquitetura do acolhimento em xeqe

O acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade, e em especial aos refugiados, traz inúmeros desafios. Se, por um lado, a emergência define certas práticas e protocolos, cenários de instabilidade prolongada nos motivam a refletir sobre o que tem sido feito e, até mesmo, a repensar a definição de arquitetura humanitária e acolhimento. Segundo Paese (2018, p. 3), “o ato de habitar é naturalmente relacionado ao fato de se ter um lugar determinado e limitado por paredes, onde o sujeito sente-se confortável e abrigado, por ali conviver com a estabilidade e o previsível”. Para Pallasmaa (2017, p. 18), “o lar não é um simples objeto ou um edifício, mas uma condição complexa e difusa, que integra memórias e imagens, desejos e medos, o passado e o presente.” Ainda segundo o autor, a palavra “lar” nos remete ao aconchego, à proteção e ao amor de nossa infância, sendo o lugar seguro para descansar e sonhar.

Segundo o próprio ACNUR (2021), as arquiteturas de acolhimento se propõem a acomodar, por um período de 3 a 12 meses, em média, pessoas e comunidades em situação de emergência. A princípio, não há o propósito de oferecer um lar definitivo para essas famílias, muito menos em abrigos e campos de refugiados. A realidade, entretanto, revela situações dramáticas, onde a vulnerabilidade se aprofunda em função da longa permanência em campos isolados, já que os impasses das guerras e conflitos étnicos e religiosos continuam após décadas, e as famílias acolhidas não têm para onde ir. O que se pode observar através de artigos, narrativas, fotos e filmes é que os próprios refugiados começaram a transformar essas estruturas formais em assentamentos informais precários que crescem, horizontal ou verticalmente, com uma nova lógica mais orgânica e cheia de vitalidade, subvertendo a ordem inicial, imposta pelos protocolos internacionais.

Com um olhar atento a essas espacialidades, Asensio (2013, p. 2) afirma que alguns campos são, em tese, cidades temporárias, sem origem natural ou evolução, mas estáveis. Só não são reconhecidas como cidades porque seus cidadãos são invisíveis, esquecidos. A autora diz, ainda, que um campo de refugiados precisa de arquitetos para criar uma identidade espacial (p. 4). Se um campo passa a ser olhado como uma cidade, uma *living city*, com vitalidade, trocas de experiências, entre outras, as coisas podem mudar. Essa reflexão traz algumas questões importantes em relação às decisões tomadas pelas entidades responsáveis pelas ajudas humanitárias, distribuição de recursos e o papel da arquitetura neste sistema de provisoriedade. O fato é que diversas situações têm mostrado que a duração de permanência média nos campos é de 16 anos, e com o aumento de situações emergenciais e crises no mundo, dificilmente essas pessoas em deslocamento forçado voltarão para suas cidades de origem nos próximos anos. Em função disso, muitos campos se transformaram em *living cities* das mais diversas escalas e tipos, com seus habitantes em situação de grande instabilidade, sem passaporte, nem direito de transitar livremente entre as fronteiras.

Há também casos como o de Shatila (figuras 1 e 3), criado em 1949, em Beirute, no Líbano, para abrigar refugiados palestinos. Ao longo desses mais de 70 anos, este campo se transformou em um bairro popular, próximo às áreas formais da cidade, com uma estrutura espacial e redes de infraestrutura informais, que mais se assemelham a algumas favelas latino-americanas, como a de Rio das Pedras (figura 2), na zona Oeste do Rio de Janeiro, do que a campos horizontais tradicionais. Não se pode afirmar que essa solução possa ser aplicada em áreas mais distantes das cidades, onde as dificuldades de infraestrutura e logística mantêm o status de campos de refúgio nos modelos tradicionais, com maior dependência das organizações e entidades responsáveis pela indústria da emergência. Shatila é um exemplo de *living city*, estruturada a partir das decisões dos próprios refugiados, com uma ocupação espacial densa, verticalizada e com problemas de ventilação e iluminação resultantes das vielas estreitas, também vistas em boa parte das favelas e assentamentos informais latino-americanos. Apesar dos moradores de Shatila participarem da sociedade local, principalmente através do trabalho e da educação, a legislação libanesa os impossibilita de comprarem imóveis e mudar o *status* de refugiados.



Fig. 1: Campo de Shatila, Líbano. Fonte: Al Jazeera, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3x0KMzj>. Acesso em: 23 mar. 2021.



Fig. 2: Comunidade de Rio das Pedras, Rio de Janeiro. Fonte: IOERJ, 2015. Disponível em: <http://www.ioerj.com.br/portal/modules/news/article.php?storyid=4929>. Acesso em: 23 mar. 2021.

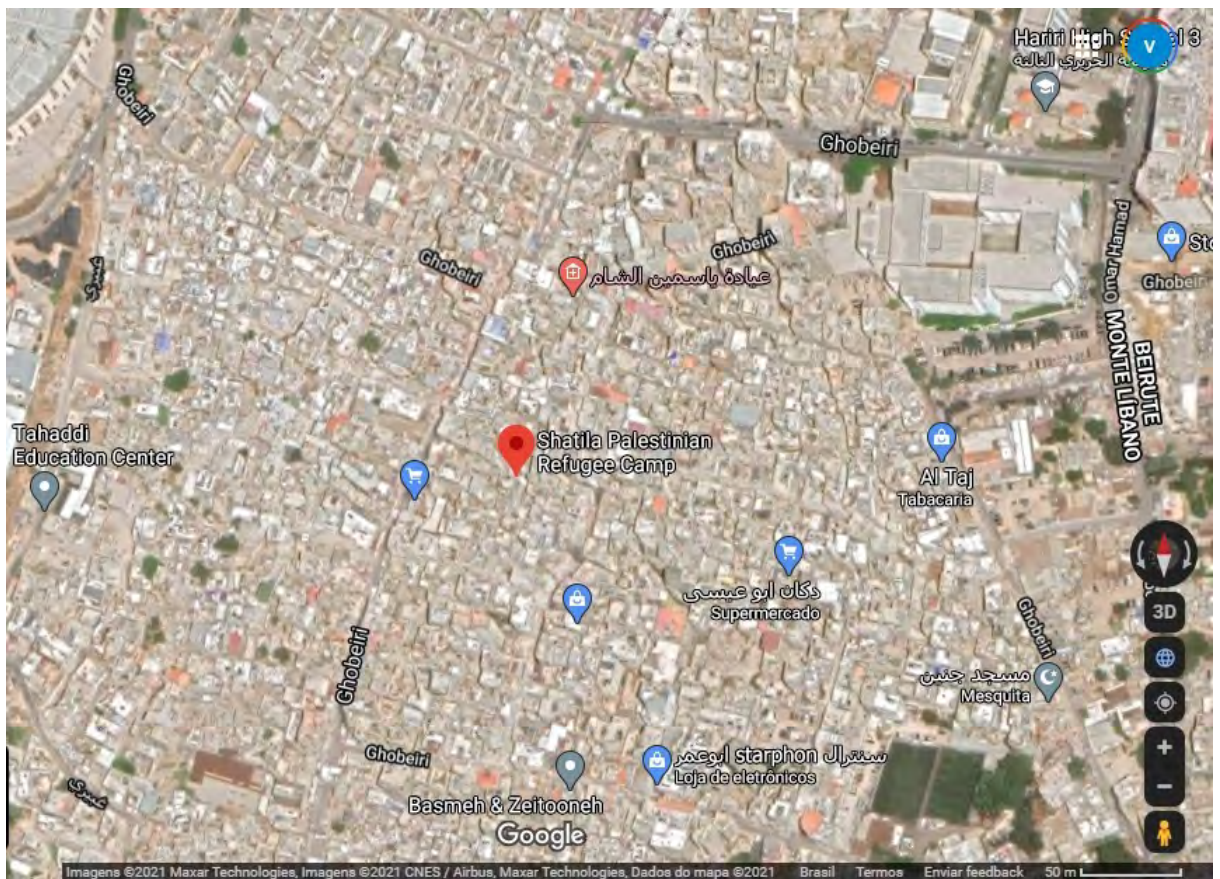


Fig. 3: Vista aérea do campo de refugiados de Shatila, Líbano. Fonte: Google Maps, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qtumNr>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Assim como há bairros urbanos populares ocupados especificamente por migrantes e refugiados, há também os campos encontrados na periferia e no meio de paisagens desérticas, sem qualquer infraestrutura, conexão ou mobilidade, que ocupam áreas militares próximas a fronteiras ou grandes territórios cedidos por alguns países. Zaatari, na Jordânia, foi criado em 2012 para acolher, principalmente, refugiados sírios. A partir das imagens do Google Maps, pode-se compreender o traçado inicial do campo, dentro dos padrões reguladores tradicionais, e as mudanças ocorridas ao longo dos anos. No filme Zaatari, Memórias do Labirinto, as intervenções criadas pelos próprios abrigados mostram como esse abrigo de cerca de 80.000 pessoas foi se transformando e ganhando a vitalidade de uma cidade informal, ainda que em uma paisagem árida e isolada, especialmente em função das atividades comerciais e sociais (SAMORA, 2019). A lógica do imprevisto é notada desde a ampliação das tendas até o sombreamento de algumas áreas, especialmente junto aos pequenos mercados e áreas de convívio, onde crianças brincam e a população circula.

Dadaab (figura 4), no Quênia, instalado em 1991 para abrigar os refugiados da guerra civil na Somália, foi criado inicialmente para funcionar com 3 campos de até 90 mil pessoas no total. Com o prolongamento do conflito famílias se formaram, e após quase 30 anos de existência, tornou-se o maior de todos os campos do mundo, com aproximadamente 500.000 pessoas, sendo a maioria de origem somali (ACNUR, 2012). As condições subumanas, sobretudo a partir da pandemia de COVID-19, têm provocado mais uma preocupação em relação a esses campos e estruturas de acolhimento de grande porte. Segundo a entidade MSF (Médicos Sem Fronteiras, 2020), a dificuldade do controle da doença ampliou os riscos e dificultou o acesso à ajuda humanitária nesses campos distantes. O Programa Mundial de Alimentos reduziu os suprimentos em 40%, e outras agências internacionais diminuíram drasticamente sua presença nos campos, interrompendo serviços básicos e deixando essa população em situação de precariedade extrema.



Fig. 4: Vista aérea do campo de refugiados de Dadaab, no Quênia. Fonte: Google Maps, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3qfAPv0>. Acesso em: 23 mar. 2021.

As condições precárias dos campos citados se reproduzem em todos os continentes, inclusive no Europeu, onde relatos recentes mostram os problemas do acolhimento em Lesbos e os desafios que a Turquia vem enfrentando com mais de 4 milhões de refugiados em seu território. O fato é que cerca de 80% das pessoas deslocadas no mundo encontram-se em países ou territórios afetados por grave insegurança alimentar e desnutrição. Fora isso, muitas enfrentam riscos relacionados ao clima e desastres naturais. Com a pandemia, o cenário se agravou, principalmente em função do fechamento das fronteiras e a falta ou insuficiência de infraestrutura básica para a higienização e cuidados com a saúde. A América Latina tem sofrido com problemas similares, e os refugiados que não encontram vagas nas estruturas tradicionais de acolhimento vivem nas ruas ou em ocupações informais, em condições igualmente subumanas. A superlotação e as más condições de boa parte dos abrigos latino-americanos fazem com que os próprios refugiados e migrantes busquem outras alternativas de moradia e sobrevivência fora dos espaços de acolhida, como a ocupação compartilhada por indígenas e *criollos* em um antigo clube em Boa Vista, cujas regras de convívio estão explícitas na figura 5, que segundo Araújo Castro (2021, p. 171), “diferentemente do abrigo onde as pessoas mantêm sua vida em suspenso, em Ka Ubanoko eles e elas tecem sua própria história, com todos os desafios e contradições que um processo como esse carrega.”

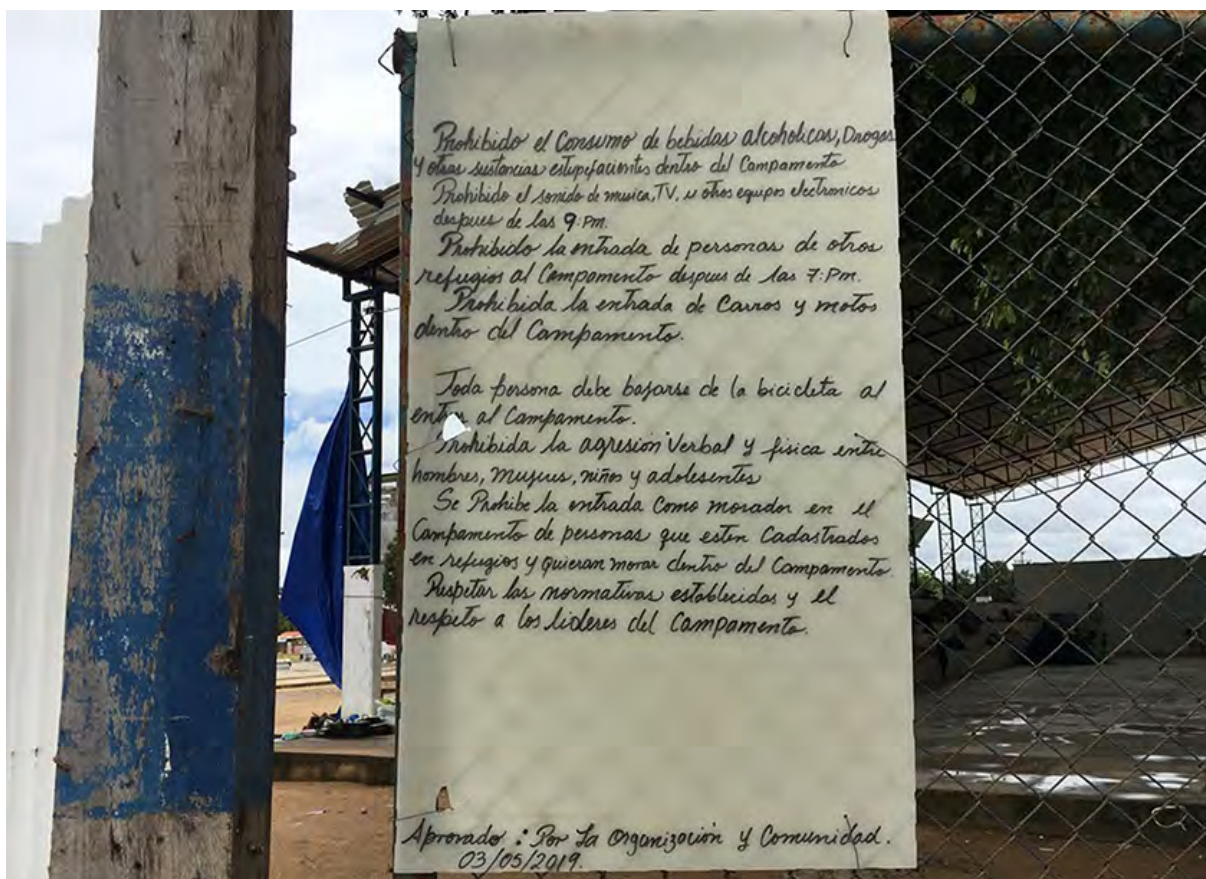


Fig. 5: Regras de convivência entre índios e não-índios na entrada da ocupação. Fonte: G1 RR e Emily Costa, 2019. Disponível em: <https://correiodecarajas.com.br/com-abrigos-lotados-venezuelanos-ocupam-predios-em-roraima/>. Acesso em: 25 mai. 2021.

3 O acolhimento na América Latina, e mais especificamente na fronteira com o Brasil¹

Segundo o ACNUR (2021), na América Latina há mais de 5 milhões de venezuelanos fora do seu país, constituindo o maior êxodo na história recente da região, sendo que mais de 895.000 são, oficialmente, solicitantes de refúgio, e os demais se consideram migrantes. Para o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, refugiado é todo indivíduo que: I. devido a fundados temores de perseguição por motivos de religião, raça, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II. não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III. devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Até o final de 2019, conforme a figura 6, havia 1.771.237 refugiados venezuelanos na Colômbia, 452.712 no Chile, 377.864 no Peru, 374.045 no Equador e 123.507 no Brasil. A Operação Acolhida, coordenada pelo Ministério da Defesa, juntamente com outros ministérios, o ACNUR e mais de cem entidades da sociedade civil, oferecem uma assistência emergencial aos refugiados mais receptiva que os demais países latino-americanos. Sendo assim, a procura pelo Brasil triplicou nos últimos dois anos, chegando em 2021 a 379.236 refugiados venezuelanos no país. Com o propósito de trabalhar em três instâncias – acolhimento, abrigamento e interiorização, a operação segue uma linha parecida com a colombiana, que prevê a futura integração daqueles que desejarem permanecer no país, mas o tempo de espera para regularização é maior. A partir das informações coletadas nas últimas publicações do R4V, OPA e ACNUR de maio de 2021, foi elaborado um mapa que ilustra a situação atual no continente, inclusive com as rotas terrestres e aéreas. Pode-se observar, portanto, um crescimento das migrações no continente, mesmo durante a pandemia.



Fig. 6: Mapa de rotas de migração venezuelana no continente latino-americano. Fonte: LabAH, Julia de Queiroz, 2021.

De 2018 a 2020, início da pandemia, cerca de 500 pessoas ingressavam por dia em Pacaraima, município de Roraima na fronteira com Santa Elena de Uairén, na Venezuela. Antes da crise, as duas cidades tinham um controle simplificado de passagem, e cooperação comercial e social intensa. Os brasileiros abasteciam seus carros no país vizinho, os venezuelanos consumiam e trabalhavam nos mercados de Pacaraima, e segundo relatos locais, havia uma convivência muito positiva entre os vizinhos (PÊGO, 2021, p. 40). Com as migrações, Pacaraima, que tinha uma população de menos de 10.000 habitantes em 2018, ganhou um aumento de 11,7% de habitantes, impactando em sua economia e infraestrutura. Esse crescimento mudou a dinâmica local, e por um tempo, a antiga amizade deu lugar à xenofobia e à disputa entre os povos dos dois países. Pacaraima oferece somente dois abrigos – Janokoida, destinado aos indígenas que pretendem permanecer próximos à fronteira, e BV-8, uma estrutura de triagem planejada para apoiar aqueles que estariam em trânsito, aguardando o programa de interiorização proposto pelo governo federal. Segundo o ACNUR (2021), a cidade já conta com uma população de 18.913 habitantes em maio de 2021, sendo quase a metade composta por venezuelanos. O mapa a seguir (figura 7) mostra os principais pontos de parada do percurso de 213 km entre Pacaraima e Boa Vista, realizado por muitas famílias a pé.

VENEZUELA

● PONTOS DE
PARADA

PACARAIMA

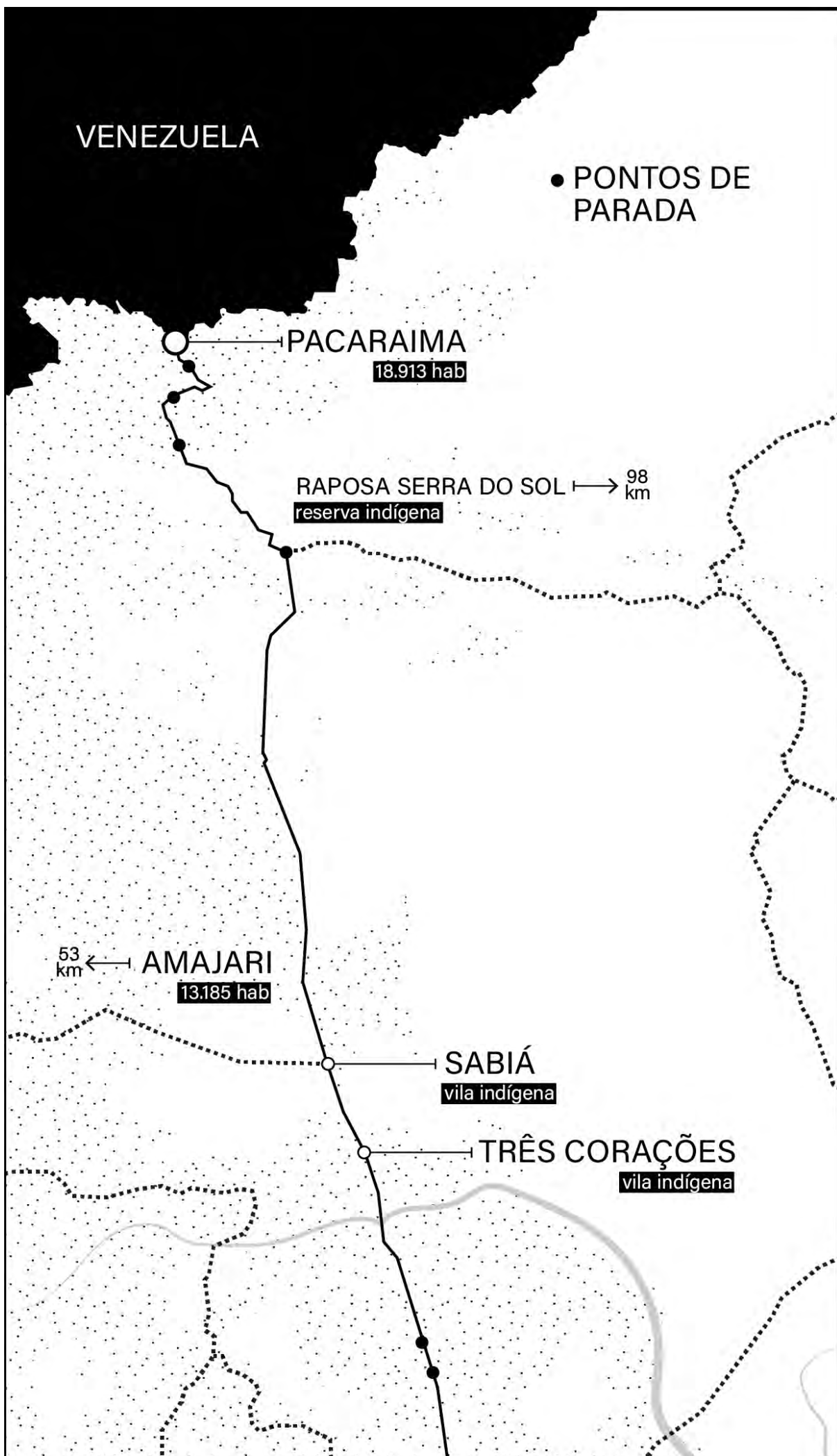
18.913 hab

RAPOSA SERRA DO SOL → 98
reserva indígena km

53
km ← AMAJARI
13.185 hab

SABIÁ
vila indígena

TRÊS CORAÇÕES
vila indígena



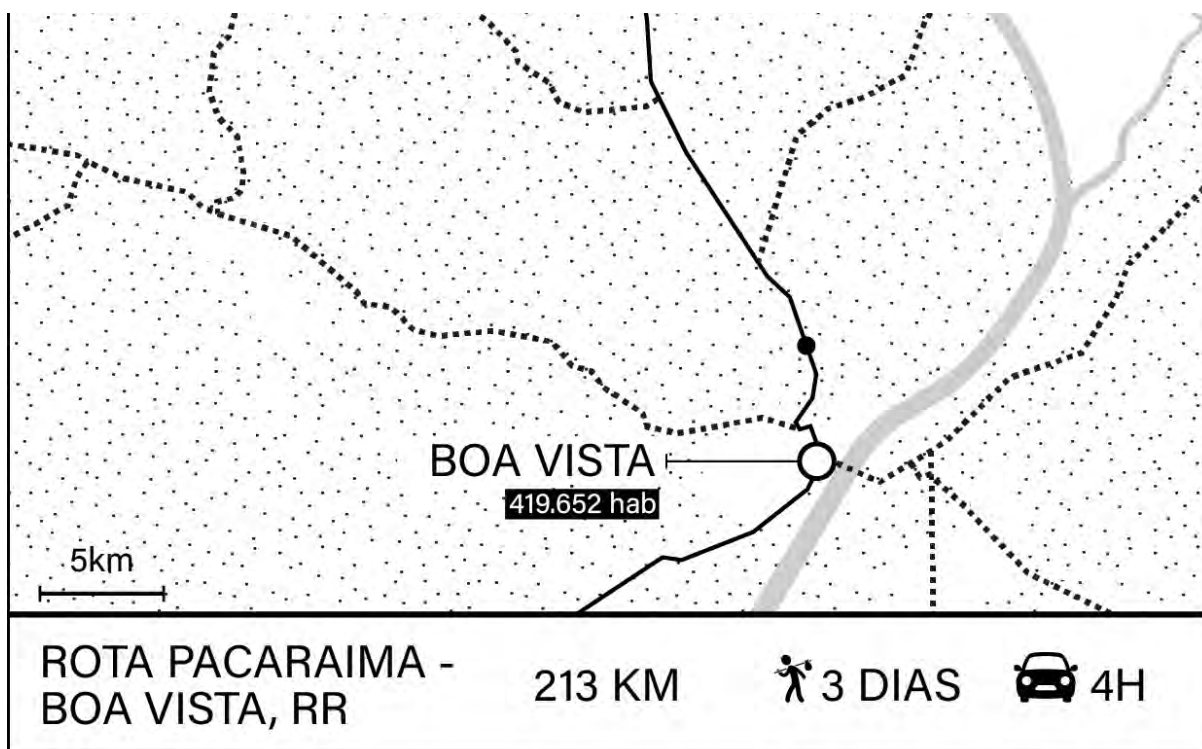


Fig. 7: Mapa com a rota Pacaraima-Boa Vista. Fonte: LabAH, Julia de Queiroz, 2021.

Boa Vista, capital do estado de Roraima, foi uma cidade planejada pelo engenheiro e urbanista Darcy Aleixo Derenusson em 1946, com um traçado radial e organização de boa parte dos equipamentos e infraestruturas de todo o estado (TREVISAN *et al*, 2018). Em função disso, boa parte das ações humanitárias se concentraram na capital, entre as quais 11 abrigos, administrados por várias entidades desde 2018. Apesar dos esforços em relação ao programa de interiorização dos migrantes e refugiados, muitos resolveram continuar em Roraima em função da proximidade da Venezuela, e futuro retorno ao país. Dado isto, só em 2019 a cidade recebeu um aumento de 6,4% de sua população, distribuída entre os abrigos e os 38 espaços de ocupação irregular, como a “Ocupação Criança Feliz”, “Ka-ubanoko”, entre outras (PÊGO, 2021, p. 36). Inicialmente, quase todas as estruturas de acolhimento da capital se localizavam em áreas urbanizadas, com certa infraestrutura e proximidade de atividades comerciais e sociais. A construção do complexo Rondon, com três abrigos, lado a lado, alterou a dinâmica das intervenções e a escala dos abrigos. Segundo dados recentes do ACNUR (2021), atualmente a população de Boa Vista já conta com 419.652 habitantes, sendo uma boa parte formada por migrantes e refugiados. Por outro lado, a pandemia de COVID-19 provocou o retorno de parte dos venezuelanos para o seu país, especialmente em 2020, conforme se pode ver no gráfico da figura 8, produzido pelo ACNUR, OIM e R4V.



Fig. 8: Gráfico de retornos de venezuelanos entre janeiro e julho de 2020. Fontes: ACNUR, OIM e R4V, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3j7JEpc>. Acesso em: 31 mai. 2021.

Em função da pandemia de COVID-19, a Operação Acolhida e o ACNUR precisaram reestruturar suas unidades para ter um maior controle da pandemia e organizar de forma mais segura o sistema de acolhimento em Roraima. Segundo dados publicados em 25 de maio de 2021 pelo ACNUR, atualmente há 7.274 pessoas abrigadas no estado, sendo 2.336 grupos familiares, 1.686 mulheres chefes de família, 133 idosos chefes de família e 1.779 indígenas, distribuídos em 13 abrigos, sendo 2 em Pacaraima (BV-8 e Janokoida) e 11 em Boa Vista (Jardim Floresta, Nova Canaã, Pintolândia, Tancredo Neves, 13 de Setembro, Pricuma, Rondon 1, Rondon 2, Rondon 3, São Vicente e São Vicente 2). Uma particularidade no refúgio junto à fronteira brasileira foi o crescimento da migração da população indígena, de mais difícil participação no programa de interiorização, formação e geração de renda, o que resultou na adaptação dos abrigos Jardim Floresta, Nova

Canaã e Tancredo Neves em 2020 para esse segmento. A figura 9 mostra a capacidade de ocupação em número de pessoas acolhidas em cada abrigo.



Fig. 9: Diagrama com a ocupação dos abrigos de Roraima em 2021, a partir de dados do ACNUR, OIM e Ministério da Cidadania. Fonte: LabAH, Julia de Queiroz, 2021.

Segundo Villen (2020, p. 49), “a chegada dos venezuelanos gerou um pânico social nos países para onde se dirigiram, mas também inúmeras manifestações de solidariedade. Muitos dos venezuelanos chegavam com fome e ficavam circulando nas ruas das cidades à procura de ajuda.”. Desde que chegaram a Roraima, várias reações da população local foram percebidas, não apenas através dos ataques de xenofobia, mas também através do investimento em sistemas de proteção patrimonial, observados na construção de muros altos, câmeras, arames, cercas elétricas e cacos de vidro, inclusive em bairros mais populares. O medo do desconhecido aumentou o clima de insegurança nas ruas, e a falta de interação entre construções e espaço público criou uma sensação de falta de urbanidade, sentida principalmente pela ausência dos “olhos para a rua” (JACOBS, 2011, p. 34), tão importantes para os pedestres e ciclistas. Acredita-se que a localização de alguns abrigos em áreas valorizadas e bairros de classe média de Boa Vista tenha criado alguns atritos e acelerado a construção do complexo Rondon 1, 2 e 3. Localizado às margens da av. General Sampaio em terrenos contíguos, o conjunto lembra, por sua escala, campos de refugiados encontrados em outros países, com uma ocupação em grelha, estruturas de apoio nas bordas e um maior distanciamento da via pública. Diferentemente dos outros abrigos de menor escala, situados em áreas mais próximas do comércio e de espaços públicos de esporte e lazer, o conjunto concentra um maior número de abrigados e tem espaço para futura expansão. As figuras 10 e 11 trazem a localização destes abrigos na capital do estado.

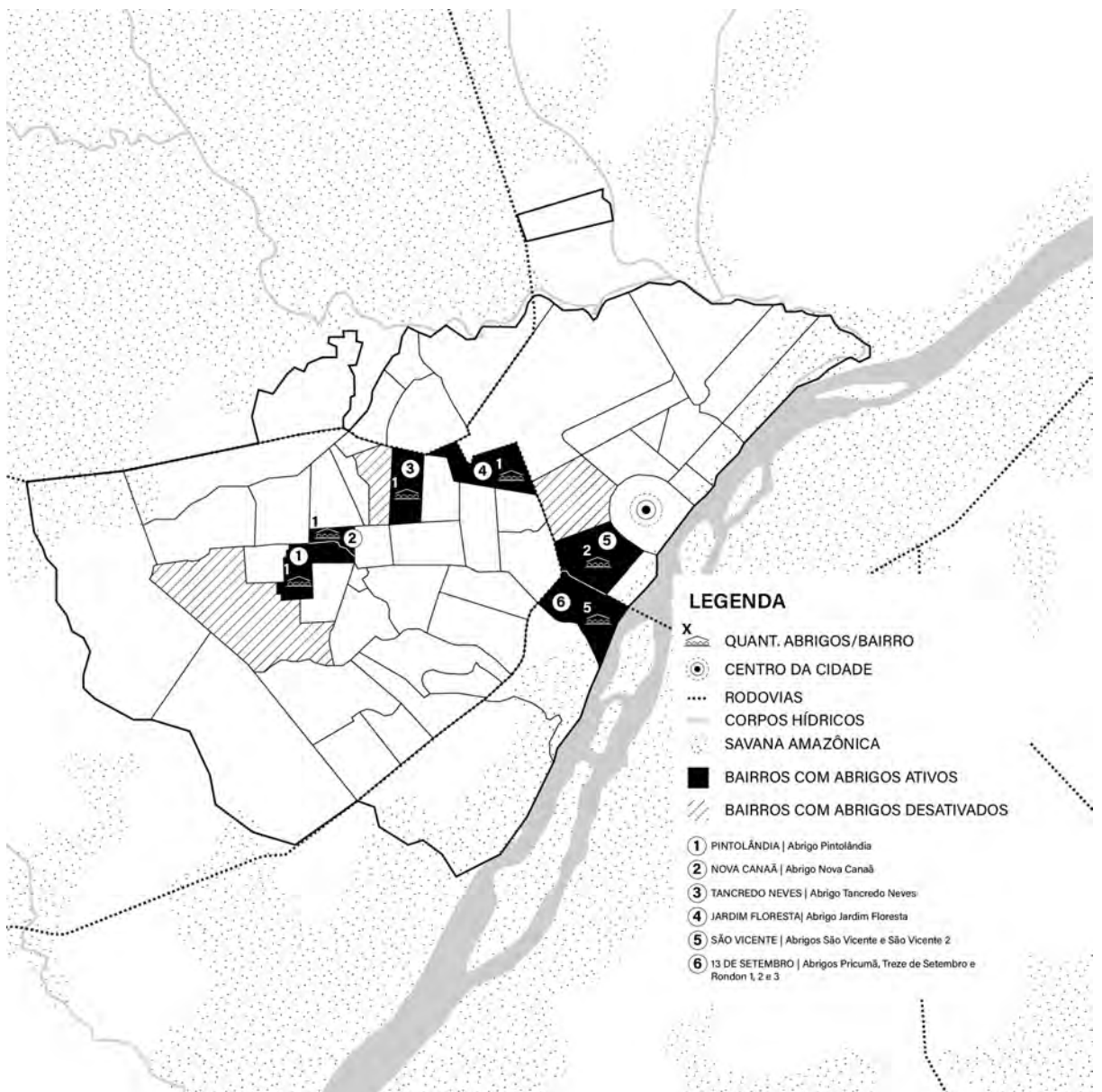


Fig. 10: Mapa com a situação dos abrigos de Roraima em 2021. Fonte: LabAH, Julia de Queiroz, 2021.

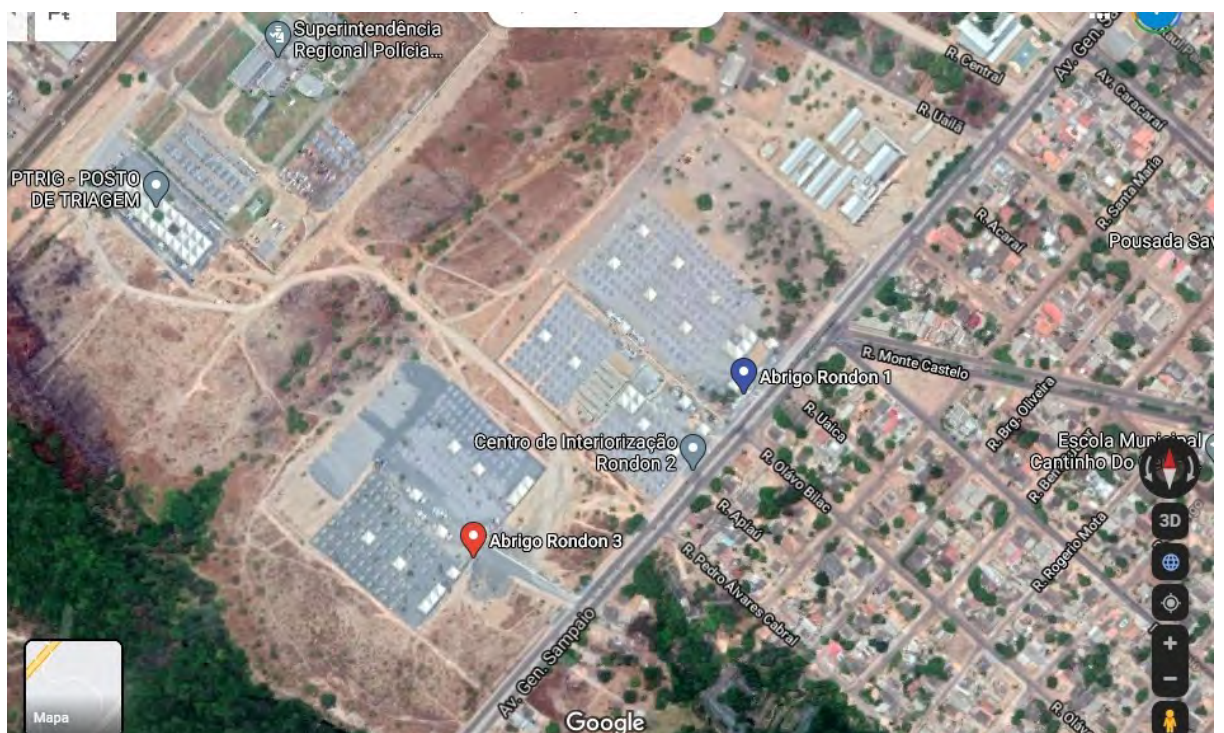


Fig. 11: Vista aérea dos abrigos Rondon 1, 2 e 3. Fonte: Google Maps, 2021. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/search/abrigos+rondon+1+2+e+3+boa+vista/@2.7984301,-60.6923495,677m/data=!3m1!1e3>

4 A reprodução de uma mesma lógica espacial

Durante a visita a Roraima em 2018, foi possível visitar 11 abrigos ao todo, sendo 9 em Boa Vista e dois em Pacaraima – um indígena e um de triagem. Em função do perfil dos refugiados, foram criadas estruturas de acolhimento diferenciadas – algumas para famílias, outras para casais, e até mesmo um abrigo exclusivamente masculino. Pode-se perceber, claramente, a reprodução de uma mesma lógica espacial, independente do terreno em que eram organizados. Até mesmo no interior de construções como ginásios, galpões e espaço de eventos, a grelha estava presente na organização das tendas, nos beliches e mesmo nos redários projetados para os abrigos indígenas. A ocupação dos terrenos segue uma lógica muito próxima (figura 12), com malhas regulares, tendas colocadas de forma ordenada em linhas paralelas, abrindo espaços que se assemelham a ruas entre elas, com distâncias que variam de acordo com a quantidade de tendas e dimensão do lote. Essa mesma lógica ocorre também nos espaços internos de ginásios e galpões, como nos casos dos abrigos Latife Salomão e Tancredo Neves (figura 13). Segundo os arquitetos responsáveis, essa ocupação evita proliferação de doenças, mantém uma certa privacidade entre os acolhidos e segurança contra o incêndio.

ABRIGO PARA HOMENS SOLTEIROS - TANCREDO NEVES, BOA VISTA



Fig. 12: Diagramas de ocupação do Abrigo Tancredo Neves, Boa Vista. Fonte: ACNUR, 2018.

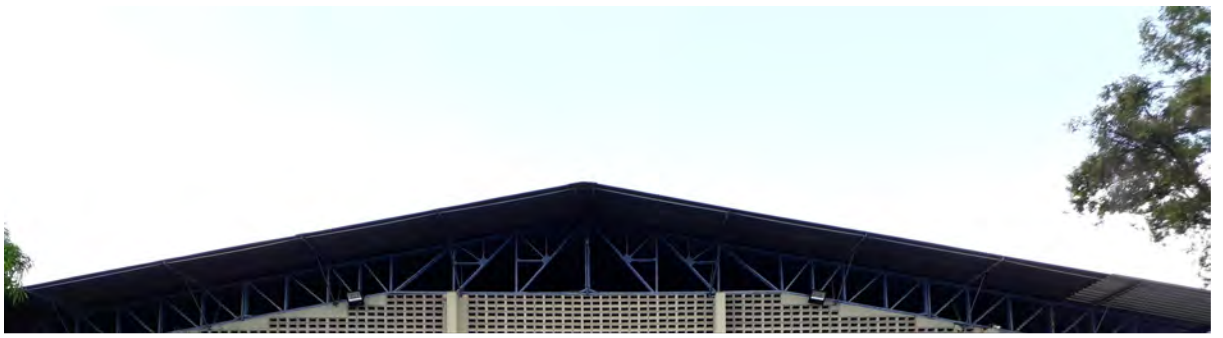


Fig. 13: Área externa e interior do Abrigo Tancredo Neves. Fonte: LabAH e Vera Hazan, 2018.

A atenção às peculiaridades da população indígena, formada por algumas etnias, com predomínio dos Warao, foi um ponto positivo nessa visita. Ainda que em situações muito diferentes das vividas em suas aldeias, pode-se observar tanto no abrigo Pintolândia em Boa Vista, quanto em Janokoida, em Pacaraima, uma outra lógica de organização espacial e respeito aos costumes e modo de vida comunitário. Como, normalmente, essa etnia vive em grupos de 20 a 30 membros, percebeu-se que mesmo dentro dos galpões onde foram instaladas estruturas metálicas para as redes (figura 14), havia uma espécie de divisão entre as famílias para

a guarda de seus pertences e produção artesanal para geração de renda. Além disso, como a produção de sua própria comida é fundamental para a manutenção da cultura e laços familiares, os arquitetos do ACNUR construíram fogões a lenha para que as refeições pudessem ser feitas pelas próprias famílias (figura 15). Nos demais abrigos, entretanto, a dinâmica era outra. A alimentação era terceirizada e fornecida pelo exército em marmitas, descartadas posteriormente. Para suprir as necessidades das crianças, foram instaladas cozinhas dentro de *containers* disponibilizados pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) para reduzir a subnutrição infantil nos principais abrigos familiares, como São Vicente.



Fig. 14: Redário no abrigo Janokoida, em Pacaraima. Fonte: LabAH e Vera Hazan, 2018.



Fig. 15: Cozinha coletiva no abrigo Pintolândia, em Boa Vista. Fonte: LabAH e Vera Hazan, 2018.

A produção de comida nos abrigos enfrenta uma série de questões, em especial a produção de lixo, a dificuldade de manutenção da limpeza dos espaços e os riscos de contaminação. Com a ampliação do tempo de permanência nos abrigos, a alimentação é um ponto a ser repensado, especialmente se as famílias conseguirem se organizar coletivamente para dividir tarefas e manter os espaços comunitários, de forma a criar uma atmosfera mais agregadora e positiva. Resgatando a ideia de lar, apresentada por Pallasmaa (2017), acredita-se que a produção da comida pelas próprias famílias, ainda que em cozinhas coletivas como as indígenas, ajudaria a constituir um clima menos hostil e de maior hospitalidade nos abrigos. Além disso, a reorganização dos espaços da coletividade poderia criar ambiências mais saudáveis e propensas a trocas. O uso de grandes coberturas de lona como sombreamento de espaços comuns é insuficiente para o número de abrigados, sobretudo em dias de muita insolação. Fora isso, as pessoas precisam de mobiliários como bancos e mesas, bem como de espaços com qualidade que lhes permitam criar relações, brincar, estudar, ampliar sua formação e gerar renda, sobretudo quando a permanência se prolonga. Dentro desse espírito de cooperação, começamos a colaborar com os arquitetos do ACNUR em uma parceria que se ampliou a partir de 2020.

5 Conclusões

Em função das inúmeras crises e da ampliação do deslocamento forçado, a indústria da emergência só tende a crescer. Como já se disse anteriormente, várias tipologias de tendas foram usadas no acolhimento a venezuelanos no Brasil, e existem inúmeros catálogos de unidades utilizadas ao longo dos anos pelo ACNUR em todo o mundo. Entretanto, se perguntarmos o que define uma casa ou um lar para a maior parte dos refugiados, talvez a resposta não esteja nas tipologias, mas no que as estruturas de acolhimento podem oferecer naquele momento. Segurança, alimentação, acesso à água e um abrigo podem ser as respostas, uma vez que as situações de vulnerabilidade pelas quais eles passaram desde que deixaram seus lares são realmente muito dramáticas. Conseguir um porto seguro, nem que seja por um curto tempo, é algo muito importante para o bem-estar e estabilidade daqueles que estão em trânsito, pois “a humanidade está em crise – e não existe outra saída para ela senão a solidariedade dos seres humanos.” (BAUMAN, 2017, p. 24). Após quilômetros de travessia, com medo, fome e sede, encontrar um lugar com o mínimo de hospitalidade é um alento, especialmente para famílias com crianças.

O custo de implementação de um sistema de acolhimento é altíssimo, e como algumas situações emergenciais não podem esperar, modelos são reproduzidos, imaginando-se que em pouco tempo as estruturas serão desmontadas e remontadas em outro local. Nesse caso, a grelha com ruas largas o suficiente para passarem ambulâncias, a localização dos pontos de abastecimento de água e esgoto numa extremidade e algumas coberturas para proporcionar encontros são o essencial. As tipologias de tendas são adquiridas ou doadas

conforme a demanda e os recursos do momento. Por isso, encontram-se tantas variáveis, até mesmo em Roraima (figura 16). Atualmente, a maior parte das tendas é formada pelas RHU's (*Refugee Housing Unit*), módulo concebido a partir da colaboração entre o ACNUR, a Fundação IKEA e a empresa social Better Shelter, com aproximadamente 17,5 metros quadrados e uma pequena placa de energia solar sobre a cobertura para carregar as lâmpadas e celulares dos abrigados (figura 17). A tipologia de uma casa com telhado em duas águas, pequenas janelas e uma porta remete ao imaginário infantil e traz alguns avanços em relação às unidades anteriores, especialmente em termos de estrutura, estabilidade das paredes e durabilidade de até 3 anos. Esse modelo, porém, não se adapta a todos os climas e culturas e, em boa parte da América Latina, enfrenta problemas térmicos em função da temperatura alta internamente, infiltração junto às extremidades e ao sistema do piso, entre outras patologias.

mínimo de 3,5 m² pessoa
segundo protocolo internacional
da ONU

o que será que define uma casa?

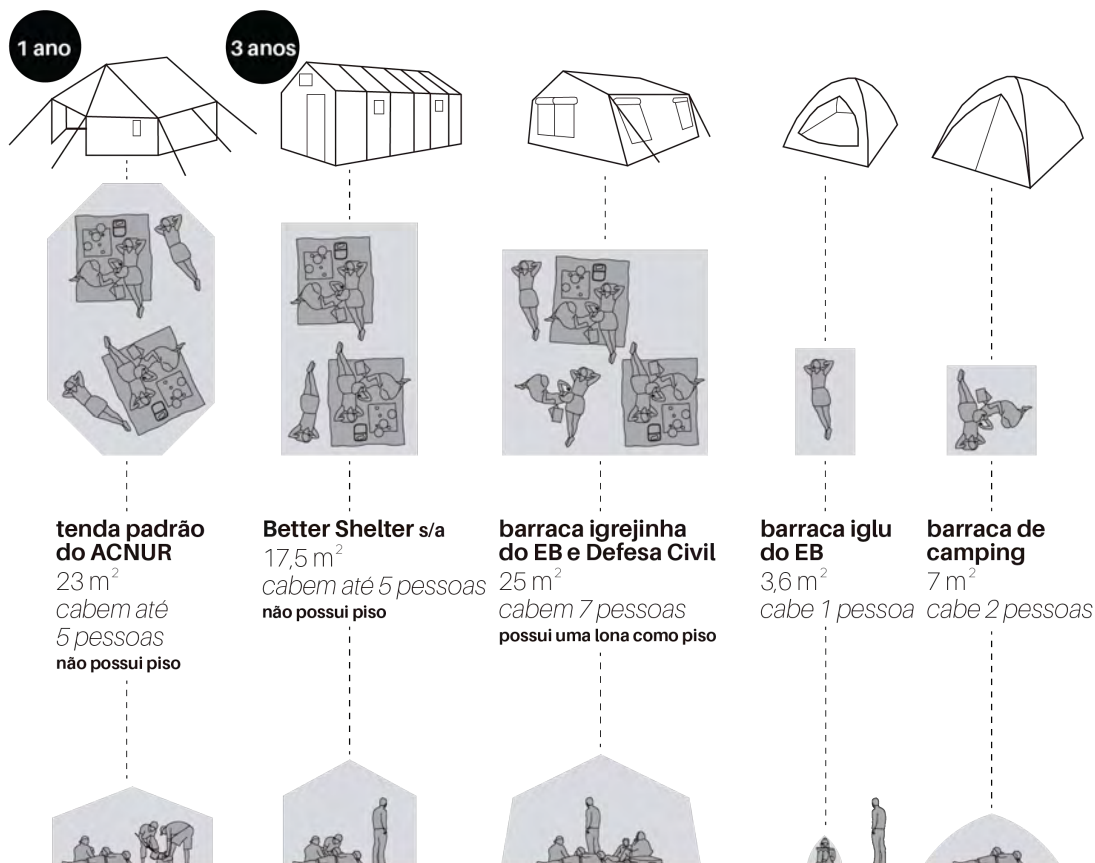


Fig. 16: Diagrama de tipologias encontradas nos abrigos de Roraima. Fonte: LabAH e Julia de Queiroz, 2021.



Fig. 17: Famílias sob a sombra das RHU. Colchões secam sobre as coberturas no abrigo Rondon 2. Fonte: LabAH e Vera Hazan, 2018.

Mesmo com todos os problemas, a imagem da RHU traz uma sensação de hospitalidade e acolhimento para as famílias abrigadas, sobretudo num momento de extrema fragilidade, como o do refúgio. Como o material utilizado é constituído por sanduíches de placas rígidas, se permite o seu fechamento e segurança dos pertences. Ainda que seja um “lar” provisório, ela cria uma sensação de maior privacidade e bem-estar emocional do que outras estruturas de lona. Acredita-se que esse fator tenha sido fundamental na escolha do modelo adotado pelo ACNUR no Brasil, Colômbia e Peru. As questões térmicas em seu interior, entretanto, constituem um desafio, sobretudo em áreas de clima tropical úmido, como no caso de Boa Vista, onde pode-se chegar a até 45 graus internamente. Por essa razão, os arquitetos do ACNUR no Brasil ampliaram as

aberturas laterais, trocando as antigas escotilhas por janelas com basculantes de policarbonato, melhorando a ventilação das unidades. Essa atitude foi positiva, mas insuficiente para resolver o conforto térmico e as infiltrações das unidades em dias de chuvas fortes, constantes no Norte do Brasil e em alguns países acima da linha do Equador.

Em função disso, em 2020, o ACNUR lançou o desafio *Call For Innovative Concepts For RHU Upgrading Americas*, onde trabalhamos em cooperação com os arquitetos do ACNUR Brasil para repensar uma série de aspectos das unidades produzidas pela IKEA. Apesar dos diversos pontos positivos, chegou-se à conclusão de que a RHU não é um modelo adequado para toda e qualquer situação ou clima. Sua estrutura leve é um grande avanço, permitindo montagens seriais para situações coletivas, entre outros aspectos positivos, mas a flexibilidade do sistema apresenta limitações, sobretudo em relação às suas aberturas e materialidade utilizada nas paredes. A adaptação é possível, desde que adicionadas novas peças ao catálogo. Fora isso, nem todo o material é de fácil reutilização ou descarte. Mas, como se disse anteriormente, o acolhimento não se resume à célula habitacional, é preciso dar atenção aos outros espaços também. Por isso, temos contribuído com estudos para que a vivência nos abrigos melhore, não só através da adaptação dos próprios módulos, como também para o aprimoramento das áreas coletivas.

Há que se pensar, entretanto, sobre outras possibilidades de acolhimento menos provisórias e de maior qualidade espacial. Talvez seja a hora dos arquitetos se engajarem mais nesse tema para imaginar novas formas de acolhimento que permitam aos refugiados uma maior interação com as localidades, especialmente quando for possível ocupar estruturas subutilizadas em áreas infra estruturadas. O déficit habitacional na América Latina é grande e a própria população de baixa renda não tem moradia digna em boa parte das grandes cidades. Entretanto, a inclusão das pessoas em situação de transitoriedade em programas de habitação de interesse social e a oferta de aluguel social já começam a fazer parte das políticas sociais de alguns países latino-americanos. Resta saber qual o interesse daqueles que estão à frente das organizações humanitárias e até quando os próprios acolhidos suportam certas situações. O ser humano é um ser inquieto, e a necessidade de sobrevivência pode criar outras formas de ocupação e apropriação dos espaços, mesmo nas piores condições. Os profissionais de arquitetura, entretanto, podem participar mais ativamente desse debate e contribuir junto às entidades para mudar os protocolos e formas de encarar o problema das situações emergenciais.

Agradecimentos

Agradecemos a colaboração da bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPQ Júlia de Queiroz na elaboração e revisão deste artigo e ao EMAU/DAU/PUC-Rio (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo).

Referências

- ACNUR. **Perfil dos abrigos em Roraima**. Disponível em: <https://bit.ly/3zb7FkG>. Acesso em: 25 maio 2021.
- ACNUR. **Dados sobre refúgio no mundo**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/> Acesso em: 19 de junho 2021.
- ACNUR. **Dadaab, o maior campo de refugiados do mundo, completa 20 anos**. Disponível em: <https://bit.ly/3gXurVa> Acesso em: 25 maio 2021.
- ARAÚJO CASTRO, M. Venezuelanas/os em Boa Vista: Práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação Ka Ubanoko. **PERIPLOS, Revista de Investigación sobre Migraciones**. v. 5, n. 1, p. 157-180, 2021.
- ASENSIO, A. A Refugee Camp Is a City / World Refugee Day 2013. **Archdaily**, 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com/391712/a-refugee-camp-is-a-city-world-refugee-day-2013>. Acesso em: 25 maio 2021.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à Nossa Porta**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2017.
- CONARE. **Sobre refúgio, direitos e obrigações de refugiados, e outras situações decorrentes de fluxo migratório**. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>. Acesso em: 25 maio de 2021.
- GIFMM, R4V. **Caracterización Conjunta Sobre Movimientos Mixtos. Septiembre 2020 – marzo 2021**. Bogotá: ReliefWeb, 2021. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/node/5969>. Acesso em: 28 maio 2021.

GIFMM, R4V. **Infografia de Refugiados y Migrantes Venezolanos**. Bogotá: ReliefWeb, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/2RtZgrI>. Acesso em: 28 maio 2021.

JACOBS, J. **Morte e Vida nas grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

Médicos Sem Fronteiras. Efeitos da COVID-19 ampliam sofrimento de refugiados em Dadaab, no Quênia. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/efeitos-da-covid-19-ampliam-sofrimento-de-refugiados-em-dadaab-no-quenia>. Acesso em 28 maio 2021.

PAESE, C. O acolhimento na arquitetura da cidade. Uma visão a partir do pensamento de Jacques Derrida. **Arquitextos**, São Paulo, ano 19, n. 220.00, Vitruvius, set. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.220/7120>. Acesso em: 28 maio 2021.

PALLASMAA, J. **Habitar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PÊGO, B. MOREIRA, P. **Imigração Venezuela-Roraima: evolução, impactos e perspectivas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 2021.

R4V. **O que é a Plataforma R4V & o RMRP?**. Disponível em: <https://www.r4v.info/en/node/4506>. Acesso em: 28 maio 2021.

SAMORA, P. **Zaatari, Memórias do Labirinto**. Coprodução Grifa Filmes, NÓS, Gebrüder BeetzFilmproduktion, Globo News, Canal Brasil e ZDF/Arte. França/Alemanha, 2019. Disponível em: <https://www.vivoplay.com.br/details/movie/zaatari-memorias-do-labirinto-5052196f>. Acesso em: 28 maio 2021

STEIN, E. Prólogo. In: R4V. **Plan de respuesta regional Enero - Diciembre 2021**. Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela, 2021.

TREVISAN, R. FICHER, S. DERENUSSE, I. C. DERENUSSE, D. R. Darcy Aleixo Derenusse. O engenheiro e urbanista que projetou Boa Vista – RR. São Paulo: Revista Vitruvius, **Arquitextos**, 2012.03, urbanismo, ano 18, 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6864>. Acesso em: 28 maio 2021.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Global Trends Forced Displacement 2019**. Genebra, 2020.

VILLEN, P. In: BAPTISTA, D. M. T.; MAGALHÃES, L. F. A. Orgs. **Migrações em expansão no mundo em crise**. Impactos da crise na migração internacional no Brasil. São Paulo: EDUC, PIPEq, 2020.

¹Uma versão anterior do texto dos itens 3 e 4 foi publicada em HAZAN, 2020, p. 1-16.